

Projeto de Pesquisa de Pós-Doutorado submetido à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Ação e Liberdade: estudos em história da filosofia de Elisabeth da Bohemia e Émilie Du Châtelet

Supervisão: Luiz Henrique Lopes dos Santos

Candidata: Katarina Ribeiro Peixoto

Resumo

Projeto visa a enfrentar a injustiça epistêmica (Fricker 2007) sobre o legado de duas filósofas do início do período moderno por meio do estudo dos seus conceitos de ação e de liberdade. Propõe-se uma articulação conceitual ao longo da história, entre os pensamentos dessas filósofas, em torno de temas e problemas fundacionais da filosofia do período: as dificuldades e desafios epistêmicos e práticos derivados da introdução da subjetividade no solo de justificação do conhecimento e da ação (Elisabeth da Bohemia) e o reposicionamento da liberdade como fundamentação normativa no nível das leis da natureza e da metafísica (Émilie Du Châtelet). O projeto consiste na conexão entre dois caminhos conceituais por meio de uma nova prática historiográfica: a reconstrução de uma teoria cartesiana da ação tal como desenvolvida com e a partir das contribuições de Elisabeth ao longo da Correspondência com Descartes (1643-1649), e a reconstrução de uma teoria da liberdade em Du Châtelet. O elo entre as duas possíveis reconstruções está no modo como essas filósofas pensaram a ação e a liberdade em diálogo com o estado da arte das mudanças de método no Século XVII (especialmente no espectro cartesiano) e com as discussões sobre relações causais do movimento e suas implicações normativas, no contexto pós-cartesiano (no Século XVIII). O que se busca é investigar e apresentar o destino prático e metafísico da liberdade, no início do período moderno, no pensamento dessas filósofas. Trata-se de um diálogo conceitual sem precedentes, alinhado ao ceticismo historiográfico para o qual o cânone do Século XX é marcado por vieses.

Postdoctoral Research Project submitted to the Foundation for Research Support of the State of São Paulo - FAPESP

Action and Freedom: studies in the history of philosophy of Elisabeth da Bohemia and Émilie Du Châtelet

Supervision: Luiz Henrique Lopes dos Santos

Candidate: Katarina Ribeiro Peixoto

Abstract

The project aims to face the epistemic injustice (Fricker 2007) on two women philosophers from the early modern period on their treatment of action and freedom. A conceptual articulation throughout history is proposed, between the thoughts of these women philosophers, around themes and foundational problems of modern philosophy: the epistemic and practical challenges derivatives of the introduction subjectivity into the ground of knowledge and action (Elisabeth of Bohemia) and the repositioning of freedom as a normative foundation, that is, at the level of the laws of nature and rationality (Émilie Du Chatelet). The project consists of connecting two paths of historiography: the reconstruction of a Cartesian theory of action as developed with and from the contributions of Elisabeth throughout the Correspondence with Descartes (1643-1649), and the reconstruction of a theory of freedom in Du Châtelet's thought. The link between the two possible reconstructions is the way in which these philosophers hold conceptions of action and freedom in dialogue with the state of the art of method changes in the 17th century (especially in the Cartesian spectrum) and with the discussions on causal relations of movement and its normative implications, in the post-Cartesian context. The intent is to research and explore the practical and metaphysical destiny of freedom in the early modern period, in the thinking of these women philosophers. It is an unprecedented conceptual dialogue, aligned with the historiographical skepticism for which the 20th century canon is taken as captive of gender biases.

Estrutura do Projeto

1. Enunciado do Problema: identificação do objeto e horizonte da pesquisa

1.1. Ação a partir da *Conscientia*: a teoria da prudência de Elisabeth da Bohemia (1618-1680)

1.2. Entre as leis da natureza e as regras práticas: a teoria da liberdade de Émilie Du Châtelet (1706-1749)

2. Resultados Esperados

3. Desafios científicos e metodológicos e os meios para superá-los

4. Cronograma de atividades

5. Disseminação e avaliação: como os resultados deverão ser avaliados e como serão disseminados?

6. Outros apoios

7. Bibliografia Preliminar

1. Enunciado do problema: identificação do objeto e horizonte da pesquisa

Este projeto de pesquisa consiste em investigar e reconstruir teorias da ação no espectro do racionalismo do início do período moderno, tal como duas filósofas as pensaram. Na filosofia do início do período moderno, que vai de Justus Lipsius (1547–1606) a Immanuel Kant (1724–1804) (Sellars 2020), as discussões sobre método e fundamentação das leis da natureza, do movimento e do repouso foram paradigmaticamente influenciadas por René Descartes (1596-1649), Gottfried Leibniz (1646-1716) e Isaac Newton (1643-1727). O pensamento de ambas as filósofas a que esta pesquisa está voltada é contemporâneo a essas mudanças de método e de padrões de explicação na física. No primeiro caso, por meio de uma tentativa de levar a cabo o projeto de Galileu de fornecer uma explicação matemática unificada do universo (Friedmann 2008, p. 83) e, no segundo, com a introdução (e as implicações) do conceito de força na determinação da quantidade total de movimento no universo, dado o princípio de conservação da mecânica cartesiana. A transformação acarretada pela diferenciação entre a totalidade do movimento e a quantidade de movimento de um corpo (por Leibniz) segue não apenas uma mudança de paradigma metafísico, mas prático. O pensamento de ambas as filósofas a que esta pesquisa está voltada é contemporâneo a essas mudanças de método e de padrões de explicação na física e está entrelaçado na discussão metafísica desse período histórico. Elisabeth e Du Châtelet ofereceram questões e respostas conceituais a problemas acarretados pela filosofia moderna da natureza: a representação volitiva e a ação livre.

Ambas as filósofas, em vida, foram figuras proeminentes na sociedade e também na *República das Letras* (Bayle 1684; Carol Pal 2012; Waquet 2017). O destino historiográfico que a

filosofia lhes dedicou, entretanto, foi o do silenciamento. No caso de Elisabeth da Bohemia, a longeva Correspondência (1643-1649) que levou o fundador do racionalismo moderno a dedicar-se às implicações práticas de seu método foi tomada como um solilóquio (e o trabalho acadêmico de mais de um século voltando às cartas de Descartes a Elisabeth fortaleceram a consolidação de uma leitura enviesada – o que talvez se aplique até mesmo à filosofia cartesiana enquanto tal, especialmente em relação aos temas explorados em *Paixões da Alma*, de 1649). No que concerne a Émilie Du Châtelet, o trabalho historiográfico dedicou-se, ao longo de séculos, ao contexto da recepção do newtonianismo no continente europeu, apagando o legado da filósofa, tanto no trabalho de tradução (do *Principia*, - 1756 - que se tornou a edição de referência do texto em francês, mas também do trabalho não publicado, de juventude, a versão da “*Fábula das Abelhas*” de Bernard Mandeville, em 1735-6) como na controvérsia sobre a *vis viva* e nas implicações da noção de força para o tratamento da ação, da vontade, da causalidade e da liberdade. Tanto Elisabeth como Émilie buscaram, nos reposicionamentos dos métodos fundacionais da filosofia da natureza a que tiveram acesso, implicações conceituais no domínio da ação e da liberdade.

Este projeto visa a enfrentar a injustiça epistêmica sobre essas filósofas (Fricker 2007¹) por meio da articulação conceitual do legado delas no tratamento de temas e problemas fundacionais da filosofia moderna: as dificuldades e desafios epistêmicos e práticos acarretados pela introdução da subjetividade no solo de justificação do conhecimento (Elisabeth) e o reposicionamento da liberdade como uma fundamentação normativa no nível das leis da natureza e da racionalidade que a explicariam (Du Châtelet). Ambas as filósofas contribuíram para o pensamento da ação e da liberdade de maneira a um só tempo compreensiva e em diálogo com o estado da arte da filosofia da natureza e das implicações epistêmicas e práticas da metafísica. O caminho da abordagem filosófica de Elisabeth à de Émilie Du Châtelet, entretanto, segue um percurso metodológico “de dentro para fora”, isto quer dizer: do internalismo cartesiano para a dimensão objetiva e independente de requisitos subjetivos, no contexto metafísico leibniziano. Há decerto inúmeros caminhos possíveis para explorar esse “retorno” ao universo extramental que caracteriza o pensamento pós-cartesiano de maneira privilegiada, no Século XVIII. A escolha deste projeto visa a enfatizar a dimensão ética desse retorno, tal como essas filósofas buscaram situá-lo.

Trata-se, assim, de uma proposta de investigação na filosofia prática no espectro do racionalismo do início do período moderno, em pensamentos não-canônicos. Lisa Shapiro (2011, p.

1 O conceito de “injustiça epistêmica” foi cunhado recentemente por Miranda Fricker e consiste em um exame cuidadoso do que a filósofa considera como “epistemologia da injustiça”, isto é, um campo de investigação conceitual sobre as implicações do que, tanto na vida cotidiana como na tradição canônica da filosofia, escapa ou passa ao largo do que é tomado como justiça, normalidade, regra, padrão normativo. O trabalho de Fricker e a literatura a que ele está vinculado não são aqui visitados com algum intuito de investigação direta e específica, mas como um ponto de diálogo filosófico. De uma maneira geral, Fricker explora duas acepções de injustiça epistêmica: a testemunhal e a hermenêutica. A primeira consiste em silenciar a voz de agentes ou de expressões que não são contempladas pelo que se convencionou tomar como “racional” nem ser dignificado com um estudo sobre conceitos, os quais, por sua vez, estariam reduzidos aos de “justiça”. E, no segundo, como a injustiça narrativa, histórica e interpretativa, que apaga da história essas vozes. As linhas de pesquisa aqui propostas em diálogo interno e histórico caem sob ambas as categorias de “injustiça epistêmica” estudadas por Fricker.

433) define de maneira clara e compreensiva os tipos de ética e como esse corpus cognitivo pode ser pensado em diferentes pontos de vista e programas filosóficos.

Uma ética da virtude considera o bem como consistindo em uma virtude; a virtude consiste em uma disposição a agir de modo correto por razões corretas em quaisquer circunstâncias. Em oposição, uma ética deontológica considera o bem como consistindo em um conjunto de regras ou deveres; uma ética eudemonista sustenta que o bem é simplesmente a felicidade; e uma ética consequencialista sustenta que o bem consiste na realização de atos com os melhores resultados (Shapiro, 2011, p. 433).

A pesquisa em Elisabeth da Bohemia e em Émilie Du Châtelet pode fornecer vários elementos dessas perspectivas sem ficarem encerradas em um único caminho. Isso ficará claro com a investigação sobre o modo como as filósofas articularam a passagem entre os domínios intramental e extramental, por meio da reflexão filosófica sobre os conceitos de ação e de liberdade. O tratamento da ação a partir de Descartes é impactado de maneira definitiva e com efeitos tenazes ainda nas discussões contemporâneas em filosofia da mente (Stalnaker 2008; Lennon, 2011); é com Descartes que a relação entre o agir e a agente é reposicionada e posta a serviço da representação do mundo extramental e dos objetos volitivos de quem age, de maneira direta, isto é, sem uma origem epistemológica na sensibilidade e sem um percurso de abstração pressuposto. E uma das dificuldades maiores acarretadas pelos pressupostos metafísicos desse reposicionamento é a tomada do pensamento como substância inextensa. Uma consequência metafísica com implicações práticas que parecem observadas por Elisabeth é que, no projeto Cartesiano de fundamentação metafísica da física, não é requerida uma partição da mente em faculdades nem a infraestrutura mental, cara a Aristóteles e à tradição pré-cartesiana, de uma “*similaridade e semelhança*” (Ética Nicomaqueia, VI, I. 1139a3-15) entre objetos de partes da mente e as próprias partes da mente², portanto, a inteligibilidade e as explicações sobre as relações intramentais entre contingência, deliberação, virtude, entendimento e vontade muda e acarreta complexidades e perplexidades (a relação entre entendimento e vontade, por exemplo, não está ainda assentada na literatura cartesiana sobre a Quarta Meditação e o juízo). Os desacordos na literatura quanto ao que Descartes teria tomado como primitivo, se a sua epistemologia pela “via das ideias” (Lennon 2011; Smith 2021) ou o projeto de fundamentação metafísica da física, o papel do dualismo substancial e o da teoria das ideias não ocorrem, entretanto, diante do estabelecimento de uma irreduzível unicidade do universo do mental, considerado como substância inextensa. E, seja qual for a prioridade na natureza da explicação (se epistemológica ou ontológica), a teoria das ideias ocupa um lugar central no texto de

² O caráter problemático dessa tese aristotélica é anotado por C.D.C. Reeve como “misterioso” (Reeve, 2009, p. 186) e o impacto dessa mudança no estatuto da substância inextensa para o tratamento da ação e do juízo, no racionalismo, não pode ser superestimado.

Descartes (Smith 2021) e se segue à decisão do filósofo de adotar o “método da ascensão”³ (Friedman, 2011, p. 85), agostiniano, que resulta na redação das *Meditações Metafísicas* (1641)⁴. E, vale anotar, para os propósitos desta pesquisa, este foi o texto cartesiano que Elisabeth da Bohemia estudou e a partir do qual ela iniciou a Correspondência com o filósofo.

Uma das consequências dessa “virada agostiniana” no pensamento de Descartes é a escolha por um “outro caminho” de fundamentação do conhecimento. Este “outro caminho”, então, torna-se parasitário de uma âncora, uma forma da subjetividade lógica e epistemológica: o cogito, tal como é apresentado nas *Meditações Metafísicas*. Essa perspectiva das *Meditações* passou a ser chamada na literatura de “fundacionalista” ou de “projeto fundacionalista” (Lennon e Friedmann, entre outros, usam a expressão). Assim, a preocupação metafísica passa a ocupar uma posição central e epistemicamente orientada por um solo estável para a fundamentação da física. É esta perspectiva que parece ser adotada por Elisabeth, a partir da leitura que a filósofa faz das *Meditações*. A ênfase dela na busca por uma medida ajustada entre prudência e bem-estar subjetivo deriva do reconhecimento dos desafios acarretados pela natureza inextensa e unitária da mente para a inteligibilidade da ação e da prudência (AT, IV, 2-3, p. 72) e pelo reconhecimento de que há partes do pensamento *que não são conhecidas* (AT II, 269, p. 100) *o tempo todo*.

A recuperação filosófica que anima a este projeto não pode ser tomada como um capítulo em uma longa historiografia de leitura puramente interna, entretanto. Trata-se, antes, de um desafio sem precedentes de levar adiante duas linhas de pesquisa em distintos estágios de maturidade, com uma perspectiva de diálogo conceitual entrelaçado em uma nova historiografia em florescimento no mundo. A escolha de método em jogo, portanto, busca dignificar o ceticismo na relação com o cânone historiográfico do Século XX com vistas a enriquecer e qualificar uma prática filosófica menos enviesada. As discussões de método e os achados das últimas décadas do século passado, assim como os efeitos da luta social no campo filosófico (especialmente o antirracismo, o anticolonialismo e o feminismo), conduziram a uma abertura de horizontes de investigação. E, assim, a tarefa da historiadora da filosofia tornou-se uma questão contemporânea em acepção forte e promissora.

O projeto consiste na conexão entre dois caminhos da historiografia: o da reconstrução de uma teoria cartesiana da ação tal como desenvolvida com e a partir das contribuições de Elisabeth da Bohemia ao longo da Correspondência com Descartes (1643-1649), e a reconstrução de uma

3 O “método da ascensão” tem uma natureza agostiniana, cuja influência no pensamento e na trajetória intelectual de Descartes é estudada por Stephen Menn, em *Descartes and Augustin* (citado na bibliografia). O retorno a Agostinho é um locus filosófico recorrente do período, sobretudo no que concerne ao pensamento teológico e do reformismo lógico. Para Descartes, isso parece ter ocorrido após o impacto da condenação de Galileu. A partir daí, a busca do conhecimento de deus a partir de um inquérito sobre si mesmo, isto é, sobre quem está pensando (como se define o método agostiniano da ascensão) passa a ocupar um lugar central no pensamento de Descartes, com se pode ler na sua Carta a Mersenne, de abril de 1630 – AT i:144). Aqui sigo sem reservas a análise de Friedman, também citado na bibliografia abaixo.

4 Para Friedman, é intuitivo também considerar o impacto da condenação de Galileu na trajetória do trabalho de Descartes (ver pp 85-88).

teoria da liberdade em Émilie Du Châtelet, em documentos (cartas, a tradução desviante da *Fábula das Abelhas*, de Mandeville e o trabalho dela, assinado por Voltaire, “*Sobre a Liberdade*”). O elo entre as duas possíveis reconstruções está no modo como essas filósofas sustentaram concepções de ação e liberdade em diálogo com o estado da arte das mudanças de método no Século XVII (especialmente no espectro cartesiano), com as discussões sobre relações causais do movimento e suas implicações normativas. Elisabeth da Bohemia busca no cartesianismo as implicações práticas de sua teoria do juízo tal como apresentada na Quarta Meditação, e Émilie Du Châtelet procura, tanto em Leibniz como em Newton (e, no começo, em Mandeville), pensar a respeito da liberdade e do sentido normativo das regras morais e políticas em uma paisagem metafísica pós-cartesiana – e pré-crítica, isto é, pré-Kant. O propósito do caminho ora sugerido é pesquisar a transformação de uma concepção de liberdade como consciência e prudência (Peixoto, no prelo “*Context...*”⁵; Shapiro 2021) em uma teoria da liberdade problematicamente entrelaçada entre vontade e liberdade, na determinação do agir, que se tornará paradigmática do pensamento moral e político entre os séculos XVII e XVIII: uma filosofia normativa iluminista.

Trata-se de lançar luz sobre uma transição de perspectiva na teoria da ação e no pensamento da liberdade. De um horizonte racionalista da prudência a cargo de uma estrutura subjetiva de primeira ordem (a *Conscientia* cartesiana, a qual associa a ação moral com um bem-estar interno – ver Barth 2015; Peixoto, no prelo - “*Context*”) para uma teoria da liberdade encadeada normativamente de tal maneira que a sua âncora ontológica (ver Marques 2000, p. 233, 242e 244)⁶, se assim se pode dizer, não depende mais do solo da subjetividade que lastreia e epistemologia cartesiana e, também, sua filosofia prática. Esta não é uma transição trivial e sua natureza não está estabelecida na literatura. O sentido “de dentro para fora”, entretanto, é inequívoco para o olhar historiográfico atento, na medida em que esse percurso passa a depender da eliminação de barreiras (entre internalidade e externalidade) entre as esferas da racionalidade prática. Enquanto para Elisabeth uma metafísica refletida (isto é, não somente pressuposta) está fora de questão, para Du Châtelet a teoria da liberdade é parasitária de um robusto deslocamento metafísico, que liga (de maneira ainda não assentada na literatura) a vontade à liberdade.

O projeto tem a seguinte estrutura. Primeiro, será apresentado o tratamento da ação por Elisabeth da Bohemia, ao longo da Correspondência dela com Descartes. Em seguida, o percurso proposto apresenta a conexão conceitual e histórica para a passagem de um tratamento a outro, com Émilie Du Châtelet, cuja perspectiva tem um horizonte distinto do elo entre ação e liberdade. Em

5 Em artigo que está no prelo (anexado ao dossier deste projeto) exploro este aspecto auto-relacionado como uma perspectiva de primeira ordem a lastrear a questão de Elisabeth, em 1643 e, com força, a desenvolver-se ao longo dos anos da troca epistolar. Para ler o artigo: <https://philpapers.org/rec/PEICAS>

6 A noção de “âncora” ontológica é aqui usada a partir da perspectiva inspirada no artigo de Marques, no qual se investiga as condições ontológicas que devem ser satisfeitas para que se possa atribuir com coerência a liberdade a sujeitos, isto é, o ônus ontológico da liberdade. Essa perspectiva, que leva o autor a uma formulação de um “projeto de si” como um puro poder formal não confinado em uma estrutura subjetiva nem redutível a esta. In: Sobre os Pressupostos Ontológicos da Liberdade, Re. Síntese, v. 27, n. 88, pp. 233-244.

seguida, serão apresentados os objetivos e resultados esperados, além de um cronograma de atividades e uma bibliografia inicial.

1. Ação de e para uma *Conscientia*: a teoria da prudência de Elisabeth da Bohemia

A Correspondência que Elisabeth da Bohemia inaugurou e manteve com René Descartes constitui um dos documentos mais frutíferos na filosofia da ação do projeto fundacionalista. Este projeto (Lennon 2011) é aquele pelo qual Descartes opta, após a condenação de Galileu (ATI 270-271; ATI 144; Friedman 2011, pp. 85-87). As cartas foram descobertas em 1876 e publicadas na íntegra (com algumas possivelmente extraviadas) em 1879. O trabalho acadêmico sobre o racionalismo, ao longo do Século XX, entretanto, tratou esse diálogo de mais de seis anos como um solilóquio, dignificando filosoficamente as cartas de Descartes a Elisabeth, o que tornou a filósofa tão mencionada como ignorada. Que essa mutilação interpretativa tenha acarretado viés historiográfico é intuitivo e deve ser levado a sério. Em primeiro lugar, Elisabeth da Bohemia, de maneira muito distinta de outros interlocutores filósofos e teólogos de Descartes, levou o filósofo francês a pensar sobre o que não havia ainda pensado e a considerar as implicações práticas (no domínio da vontade, da ação e da prudência e da materialidade da mente) de seu método. Em segundo lugar, *Paixões da Alma*, o último texto de Descartes, deve ser lido como um resultado dialógico dessa Correspondência, quando um olhar rigoroso sobre a história e a história da filosofia está em jogo. Assim, a leitura interna da filosofia cartesiana ela mesma tem a ganhar com a perspectiva histórica que reconhece um diálogo enquanto tal.

Um dos resultados do viés canônico é a ênfase nas interpretações da Correspondência como um diálogo sobre os destinos da ontologia cartesiana, exclusivamente. Tudo se passa, assim, como se Elisabeth tivesse convocado Descartes a prestar contas sobre a ação voluntária a partir de uma crítica ao dualismo. Nessa leitura, o aspecto ontológico ou a discussão literária sobre os destinos da ontologia desempenham um papel assimétrico tanto em relação à totalidade da Correspondência como em relação ao que é preservado como objeto de discussão entre os filósofos, ao longo dos anos, especialmente na perspectiva dela. De fato, a discussão sobre dualismo e, explicitamente, sobre o corpo e a extensão, são elementos introduzidos por Descartes e se limitam aos dois primeiros anos. Elisabeth, entretanto, prece buscar enfatizar como e se, dada a indisponibilidade do recurso à física cartesiana, tal como Elisabeth (Lennon 2011, p. 452 e 456) supõe na primeira questão endereçada ao filósofo, pode-se pensar a origem, a natureza e a extensão moral das ações voluntárias. Isso quer dizer: como pensar a ação dada a paisagem metafísica do projeto fundacionalista? Os quatro anos seguintes são voltados à discussão de natureza prática e não está claro nem assentado na literatura que esta não é de fato o que anima a Correspondência, da perspectiva de Elisabeth. Embora o trabalho sobre essa troca epistolar seja recente, a literatura

considera que Descartes não respondeu a Elisabeth (Garber 1993; Alanen 2004) ou não o fez satisfatoriamente, à primeira questão dela; o filósofo também teria levado tempo para se engajar em um diálogo sobre as questões práticas em que Elisabeth insistira (Alanen 2004; Shapiro 2021; Peixoto 2018; 2020;2021).

A questão endereçada pela filósofa da Bohemia a Descartes em maio de 1643 é esta:

Então eu pergunto ao senhor que, por obséquio, diga-me como a alma de um ser humano (sendo apenas uma substância pensante), pode determinar os espíritos corpóreos a fim de levar a cabo ações voluntárias?”(ATIII, 661, p. 62).

O problema a que Elisabeth se dedica e a partir do qual endereça a sua primeira questão a Descartes está conectado à origem das ações voluntárias. É verdade que os pressupostos ontológicos cartesianos são mencionados e desempenham papel, ou de fundamentação, ou heurístico, para a inteligibilidade da ação. Também é verdade que, ao menos nos dois primeiros anos da troca epistolar, há uma discussão sobre os rumos e a natureza do dualismo substancial e que Elisabeth se engaja na discussão. O que prevalece ao longo dos seis anos e meio de troca epistolar, entretanto, é a discussão sobre a natureza das ações e Descartes entra na discussão de maneira explícita a partir de 1645, quando há uma “virada” na Correspondência (Alanen 2004; Peixoto, 2018; Peixoto 2021; Peixoto no prelo). Não está portanto claro qual a razão para que se tenha enfatizado o tema dessa Correspondência e da contribuição de Elisabeth como uma discussão sobre ontologia e menos ainda que tenha sido Elisabeth que chamou a atenção de Descartes para a interação substancial. Pois, em primeiro lugar, quem introduz o corpo na discussão é Descartes e, em segundo, Elisabeth não parece mudar sua perspectiva em momento algum (Peixoto, 2021). Essas observações levantam a questão da pertinência de se considerar essa troca como as *Oitavas Objeções e Respostas* (Lolordo 2019) e interpelam a literatura a pensar a respeito das implicações práticas e do papel das paixões e do contexto social na determinação da medida da prudência, da legitimidade do poder e, também, das questões de natureza teológica, como a providência divina (sobretudo nas cartas de Elisabeth entre 1646 e 1648).

Com força, impõe-se a atenção a uma perspectiva que orienta Elisabeth ao longo de toda a troca: o elemento autorrelacionado⁷ (Nadler 2011; Shapiro 2021; Peixoto, no prelo - “*Context*”) e o recurso a uma concepção de consciência, não apenas coadunado ao cartesianismo (Barth 2015; Peixoto, *ditto*) como consistente com o projeto fundacionalista cartesiano das *Meditações*. No que

⁷ Uma perspectiva auto-relacionada é uma expressão que denota, tanto na literatura contemporânea de filosofia da mente como na literatura racionalista do início do período moderno, um percurso epistêmico e prático de reflexão sobre os próprios estados mentais e sobre maneiras de remediá-los. Embora não seja necessário, o elemento terapêutico é tomado como entrelaçado a essa perspectiva e eu argumento, em *Context*, que este é o caso de Elisabeth, ao longo de toda a Correspondência com Descartes (ver Peixoto, 2018; 2020; 2021 e “*Context...*” no prelo e também Nadler 2011 e 2013). Um exemplo de estudo sobre essa perspectiva é o trabalho magistral de Soreana Corneanu “*Regimens of the Mind: Regimens of the Mind Boyle, Locke, and the Early Modern Cultura Animi Tradition*” (2011), citado na bibliografia.

concerne à teoria da ação, assim, o que parece se impor é uma pesquisa sobre a concepção de mente no espectro do cartesianismo do projeto fundacionalista. E, para Elisabeth, o que está em jogo parece ser a questão sobre a materialidade do mental (ATIV, 1, p. 72). Ao se considerar a dinâmica dialógica dos seis anos da troca epistolar, uma mudança de estatuto na natureza do diálogo se impõe: a conversa entre uma aluna e um professor se torna uma discussão entre pares, a partir do reconhecimento, por Descartes, da perspectiva de Elisabeth e, em seguida, das respostas que a filósofa dá ao modo como Descartes busca responder aos desafios terapêuticos e práticos apresentados por ela. Na interpretação que orienta este projeto, Elisabeth da Bohemia elabora, ao longo dos anos do diálogo com Descartes, um esboço para uma teoria da ação consistente com os requisitos de método e, também, com os pressupostos ontológicos cartesianos sobre a natureza da mente, ao unificar método, pressupostos ontológicos e os desafios de natureza prática aí acarretados, a fim de determinar a medida da ação prudente a partir de uma estrutura subjetiva de primeira ordem, a consciência (Barth 2015; Nadler 2011; 2019) tal como explorada pela filósofa.

Elisabeth da Bohemia é uma filósofa prática que levanta uma questão maior derivada de sua leitura das *Meditações* e, especialmente, da Quarta Meditação: como explicar ações voluntárias? Ao longo da troca epistolar, essa questão se desenvolve e divide em ao menos duas: 1) qual a natureza do conhecimento requerido para agir moralmente e 2) como vincular esse conhecimento prático ao bem-estar subjetivo? É a partir dessas questões que a natureza da mente e a natureza das ações se entrelaçam e apontam para a reconstrução de uma teoria da ação como consciência das ações prudentes. Mais do que o dualismo substancial, o que sobressai é um inquérito sobre a materialidade⁸ do mental (Alanen 2021); é isto o que parece convocar a investigação a respeito do modo (ou da forma do pensamento) da ação moral, uma vez que Descartes não reconhece zonas discretas na mente (AT11, 364; Newman 2011, p. 327). Se não está em jogo uma partição da alma nem mesmo o reconhecimento de faculdades distintas, por um lado; e se, por outro, não se discute tampouco uma teoria ou um problema das ou nas ideias, nessa troca epistolar, como pensar a moralidade no duplo aspecto apresentado (a saber, o da vontade e o da consciência) por Elisabeth? A contribuição da filósofa está longe de ser assentada, mas o traço social que ela reconhece não é derivado de compromissos metafísicos refletidos – ou objeto de considerações conceituais explícitas (uma leitura da carta dela de 13 de setembro de 1645 evidencia a ênfase da filósofa em uma perspectiva não metafísica).

É este traço o que constitui tanto a promessa do horizonte de pesquisa como o desafio de alinhar prudência e autoconsciência em uma terapêutica socialmente entrelaçada. O pensamento de Elisabeth se situa, assim, no núcleo racionalista do início do período moderno, o qual é marcado por

⁸ As noções de matéria, materialidade da mente e de operações mentais e de ideias materialmente tomadas sofrem uma transformação robusta no racionalismo e informam a leitura da Correspondência, inclusive da perspectiva de Elisabeth, visto que a base do problema levantado por ela está, na interpretação aqui adotada, alinhado a um inquérito sobre a natureza da mente. Sobre a concepção de matéria em geral no racionalismo, ver Smith, K. (2010). *Matter Matters*, abaixo referido.

uma irredutível ambivalência na determinação do bem (esta ambivalência, a propósito, também está presente em Spinoza, pelo menos a partir da Terceira Parte da *Ética*, e de maneira explícita no Prefácio da Quarta Parte)⁹. Para a filósofa da Bohemia, essa ambivalência se situa no âmbito das paixões, nas quais ela reconhece não apenas uma subjugação da razão, mas também um papel cooperativo e coextensivo entre algumas paixões e ações (ATIV, 290; pp. 110-111). Trata-se de uma ambivalência a serviço da perspectiva autorrelacionada, a qual revela, por sua vez, o lastro da reflexão psicológica que condiciona sua determinação ao pertencimento a um contexto. Este é o caminho para a reconstrução de uma teoria da ação que conecta uma estrutura subjetiva primitiva a uma vontade direcionada. Aí, o padrão normativo depende diretamente da subjetividade em um sentido amplo: afetivo, social e autorrelacionado.

A relação entre ação e regra tem uma dinâmica interna e entre-mundos (entre interioridade e exterioridade), para Elisabeth da Bohemia. E, a seguir, ficará claro como esse sentido do tratamento da ação e da liberdade é impactado pela nova filosofia da natureza e pelo iluminismo de Émilie Du Châtelet. Então poderemos vislumbrar que, no rastro do abandono da física cartesiana também se vai a exigência de uma infraestrutura subjetiva e reflexiva para a inteligibilidade e, aparentemente, ao menos, para a fundamentação de regras e ações morais e políticas. A transição de um domínio implicado pela subjetividade para um domínio de regras autoevidentes de uma metafísica é dada por uma mudança subjacente na explicação da causalidade nas leis da natureza que regem, por sua vez, a explicação do movimento e do repouso e os pressupostos metafísicos da relação entre forma e matéria.

A passagem de um percurso a outro, assim, torna-se inteligível por meio do desenvolvimento e da reconstrução da teoria da ação em Elisabeth. É a partir daí que se abre e viabiliza a possibilidade da reconstrução da teoria da liberdade em Émilie Du Châtelet, do diálogo conceitual entre ambas as formulações práticas enraizadas na discussão sobre filosofia da natureza. Em ambos os casos, o percurso do que é mais bem conhecido para o que é menos conhecido é garantido por teorias da ação derivadas de programas filosóficos ancorados em pressupostos ontológicos, mas levados adiante a partir da preocupação com a articulação entre ação e liberdade a partir de Descartes (caso de Elisabeth) e a partir de Leibniz (Du Châtelet).

2. Entre as leis da natureza e as regras práticas: a teoria da liberdade de Émilie Du Châtelet (1706-1749)

⁹ Spinoza aborda essa ambivalência no tratamento dos valores morais na Terceira Parte da *Ética*, especialmente, no Escólio da Proposição 39 e no Prefácio da Quarta Parte. Em ambas as passagens, o critério do valor moral parece posto a serviço de uma economia afetiva que antes fortalece a natureza ambivalente de uma perspectiva moral que reposiciona o bem como meio para a felicidade e critério normativo no domínio prático.

A reconstrução de uma teoria da liberdade em Émilie Du Châtelet deve considerar a trajetória da abordagem do tema como um problema, pela filósofa. Há ao menos quatro fontes documentais que iluminam o modo como ela trata a liberdade como questão filosófica: seu texto de maturidade: *Institutions Physiques* (1740, 1742), a Correspondência dela com Pierre Louis Maupertuis, o trabalho dela assinado por Voltaire e hoje reconhecido (Jorati 2019) como de autoria da filósofa “*Sobre a Liberdade*” (1737) e, finalmente, o trabalho de juventude, não publicado, a sua tradução “clandestina” ou “desviante” da *Fábula das Abelhas* de Bernard Mandeville (1735-6). Émilie Du Châtelet pensa a liberdade de maneira metafísica e a influência de Leibniz sobre o pensamento dela está baseada na metafísica e na filosofia da natureza, e não na filosofia prática ou na epistemologia do filósofo. Nesta parte do projeto a tarefa consiste em considerar o impacto e a extensão da “ontologização” dos princípios fundamentais da filosofia da natureza (Anstey 2020) para o pensamento da liberdade e, também, com mais força, o passo fundamental dado por Leibniz no restabelecimento do conceito de força como medida apartada, de um corpo, em relação à conservação da quantidade total de movimento no universo. O ponto de partida da pesquisa é a carta que ela escreve a Maupertuis (Abril 30, 1738), em que a liberdade é apresentada como um problema acarretado pela introdução de um conceito de força que parece conflitar com o princípio de conservação. Após o lançamento da *Acta Eruditorum*, de Leibniz, escreve Du Châtelet:

a única coisa que me intriga no momento é a liberdade pois, no fim das contas, eu acredito que sou livre e eu não sei se a quantidade de força, a qual sempre é a mesma no universo, não destrói a liberdade. Não é o iniciar do movimento o que produz na natureza uma força que não existia? Agora, se não temos o poder de iniciar o movimento, não somos livres.

Parece então que, para Du Châtelet, o tratamento leibniziano da noção de força pode acarretar algum tipo de integração distinta em natureza daquela da cadeia de causalidade eficiente. A natureza dessa integração, apresentada por ora como uma implicação não mais que intuitiva, pertence a uma discussão na filosofia da natureza. Assim, a tarefa de reconstruir uma teoria da liberdade oferece o desafio de capturar a sua natureza em uma nova paisagem conceitual, na qual a relação causal entre ação e liberdade passa a ser considerada sem o recurso imediato, ao menos, a uma teoria da vontade. Esse diagnóstico é consistente com o que a filósofa afirma em “*Sobre a Liberdade*” texto assinado por Voltaire, em 1737¹⁰. Este é o único documento em que a filósofa trata da liberdade de maneira direta e ainda há escassez de comentários sobre esse texto, o que torna a pesquisa a um só tempo promissora e desafiadora, especialmente por conta dos elementos epistemológicos nele presentes e da ruptura que a filósofa francesa parece levar a cabo, entre o

10 O artigo seminal de Julia Jorati documenta essa mudança conceitual e refere os estudos historiográficos dedicados à justiça epistêmica em acepção testemunhal, que consiste em devolver a autoria do texto a sua autora. O texto de Jorati - <https://philpapers.org/rec/JORDCO-3> - está na bibliografia e será citado a seguir. Para acessar a tradução para o inglês que Jorati fez, ver: <https://projectvox.org/du-chatelet-1706-1749/>

domínio de causalidade no domínio da liberdade, definida como o poder de automovimento, regido pela causalidade eficiente, e aquele da vontade, que parece apartada do tratamento da estrutura causal da ação livre.

Como observa Jorati, na teoria da liberdade de Du Châtelet, há “camadas de complexidade” que dificultam o seu enquadramento nos termos atuais da filosofia da ação. Se ela é uma compatibilista, de que tipo, se é uma libertária, como o seria, entretanto, não são as questões fundamentais que movem este projeto de pesquisa. Em *Sobre a Liberdade*, Du Châtelet apresenta uma teoria da liberdade e da ação que parece poder prescindir da vontade no seu encadeamento causal. Ao tomar a vontade como uma função do entendimento (*Sobre a Liberdade*, 492§2), Du Châtelet parece romper todo elo causal entre vontade e ação livre. Pois, para ela, tanto o entendimento como a vontade seriam passivos e, nesta condição, jamais levariam ações a cabo, na medida em que não há conexão física entre o que é passivo e o que é ativo (492§2). A liberdade, por outro lado, consiste no poder de automovimento, e este é regido pela causalidade eficiente. Ao separar a vontade do domínio da causalidade da ação e da ação livre, Du Châtelet parece comprometer-se com um diagnóstico de que a vontade não desempenha papel algum na determinação causal das ações livres.

Uma consequência dessa distinção, que é uma distinção de domínios causais, entre vontade e liberdade, seria que, embora agir livremente se defina como fazer o que se quer, querer alguma coisa não seria causa da ação livre. Tudo se passa como se, em Du Châtelet, o juízo, que é crucial para Elisabeth, perde-se o seu *enjeu*, de maneira que uma teoria da ação e da liberdade devesse ser tomada de maneira tão irreduzível como independente de dispositivos epistêmicos e representacionais. É o que se pode ler nesta passagem:

Com respeito à afirmação de que nossa liberdade sempre é determinada pelo que o nosso juízo julga melhor, eu respondo: a vontade, isto é, a última percepção ou aprovação do entendimento – pois este é o significado dessa palavra na objeção em questão – esta vontade, eu digo, não pode ter qualquer influência sobre o poder de autodeterminação, no qual a liberdade consiste. Então, a vontade nunca é a causa de nossas ações, embora seja de sua ocasião; pois uma noção abstrata não pode ter nenhuma influência física sobre o poder físico do auto-movimento, o qual a mulher possui e esse poder é exatamente o mesmo, antes e após o juízo do entendimento”. (*Sobre a Liberdade*, 492§4)

Tornar a conexão entre vontade e liberdade um problema é o que faz da teoria de Du Châtelet um capítulo promissor da história do racionalismo. Jorati apresenta, como candidatura a uma ponte, se assim se pode dizer, entre os domínios da vontade e da liberdade, as considerações modais sobre necessidade moral. Por meio de uma “causação ocasional”, que não equivale ao ocasionalismo (Jorati 2019, p. 267), Du Châtelet defenderia uma conexão metafísica e modal: uma

necessidade moral de natureza “contingente” (*Sobre a Liberdade*, 494). “A liberdade”, diz a filósofa, consiste em “agir ou não agir, e não em querer ou não querer” (*Sobre a Liberdade*, 492§2). E, se o entendimento e o juízo não servem mais como critério de determinação da liberdade, como se deve compreender esse uso da modalidade da necessidade, em um cenário, por definição, da contingência ou, ao menos (para retomar a expressão utilizada na Carta a Maupertuis), originária de um encadeamento causal de natureza *prima facie* distinto?

Um dos elementos centrais para o estudo do pensamento prático de Du Châtelet consiste, também, na abertura para uma pesquisa sobre a gênese de seu pensamento. Nesse caminho, o trabalho de juventude levado a cabo um ou dois anos antes da redação de *Sobre a Liberdade*, a tradução desviante de “*A Fábula das Abelhas*” (1735-6) de Bernard Mandeville, pode lançar luz sobre o pensamento dela a respeito do conceito de liberdade. Este trabalho de juventude é um documento de filosofia moral e política em acepção própria e o uso de uma tradução desviante torna-o, também, um trabalho filosófico de semântica. Pode ser considerado o seu primeiro trabalho e nele há persistentes manobras semânticas e de tradução que, em aspectos cruciais do texto, alteram palavras, conceitos e extensão de conceitos. Ao fazê-lo, ela se engaja, como se pretende deixar claro nesta pesquisa, a pensar a ação e a liberdade na natureza mesma das regras. O desafio consiste em encontrar e em reconstruir como Du Châtelet pensou ou qual a sua perspectiva ao pensar a liberdade, ao longo de sua trajetória. E para tanto é que o exame das escolhas de tradução e as manobras semânticas no uso de expressões podem iluminar os passos para pensar o iluminismo da filósofa e o caráter sistematizante, ou não, de seu pensamento.

Em suma: de Elisabeth a Émilie parece haver um deslocamento de posições em que a ação livre é pensada. Enquanto Elisabeth busca um critério prudente a partir de uma infraestrutura mental incontornável, Émilie tem de responder pelo custo, para a liberdade, de uma teoria metafísica da vontade e da ação. À dificuldade de uma teoria da intencionalidade sem o recurso a uma teoria das ideias (Elisabeth), passa-se à dificuldade de uma teoria da liberdade sem um recurso aparente, ao menos, a uma causalidade na ordem da representação volitiva. Este é o horizonte do percurso ora proposto.

2. Resultados esperados

O resultado a que este projeto visa é estabelecer no país uma linha de pesquisa acadêmica articulando historiografia cética e rigorosa à análise conceitual dos textos dessas filósofas. Trata-se de esclarecer dois dos conceitos constitutivos do pensamento moderno a partir de perspectivas e documentos pouco explorados e com literatura interna ainda a ser produzida, no Brasil. A tarefa de reconstrução de teorias da ação e da liberdade desse tipo é um pouco distinta das práticas estabelecidas de comentários internos, em que pese o seu compromisso com o rigor historiográfico.

Mais do que incluir o pensamento dessas filósofas no cânone e nos planos de ensino, currículos e trabalhos de pesquisa futuros, busca-se, nesse caminho e nesse processo, qualificar e enfrentar as injustiças epistêmicas e práticas a que este tipo de pesquisa se contrapõe, com consistência.

Por isso, este projeto visa à produção, edição e submissão de um manuscrito, a editora especializada e de reputação acadêmica. O manuscrito consistiria em dois estudos, todos relacionados ao projeto acima alinhado, elaborado por meio da discussão entre pares em ao menos dois centros no exterior, após os primeiros seis meses de financiamento. O primeiro estudo, na teoria da ação em Elisabeth da Bohemia, está em andamento, com submissões e publicações. O segundo estudo consistiria em uma reconstrução de uma teoria da liberdade em Émilie Du Châtelet a partir da direção apontada pelas implicações metafísicas da filosofia da natureza no tratamento da ação e da liberdade. Este manuscrito também resultaria de uma agenda de trabalho na qual ao menos uma Conferência será organizada (a tábua analítica provisória do manuscrito está na pasta Outros Documentos, “4”).

3. Desafios científicos e metodológicos e os meios para superá-los

Os desafios metodológicos acarretados por esse tipo de pesquisa não podem ser superestimados, dado o caráter recente da nova historiografia filosófica. A literatura secundária é ainda bastante escassa e portanto há muito a ser assentado. Os meios de superação desses desafios são a busca de interlocução internacional, a leitura direta das fontes como um exercício filosófico fundamental e o diálogo entre pares, no Brasil. Esses meios dependem de interlocuções que já estão em andamento, com alguns centros de pesquisa e projetos dessa iniciativa, no mundo (*Extending New Narratives in The History of Philosophy, History of Women Philosophers and Scientists, Project Vox, Archeology of Femmes*, entre outros) e também de uma agenda nacional de fomento e cultivo das discussões de método acarretadas pelo ceticismo feminista frente ao cânone historiográfico do Século XX.

4. Cronograma de atividades

Este projeto pode ser executado em dois anos e depende, dada a sua natureza, de um diálogo permanente com a supervisão do projeto e com interlocuções que estão, também, em algumas partes do mundo, alinhadas a esta revisita cético ao cânone historiográfico da filosofia.

Os primeiros seis meses consistiriam de pesquisa e encaminhamento da primeira parte do estudo para submissão a periódicos e discussão editorial. Neste período, ao menos um minicurso ou uma

disciplina sobre a teoria da ação em Elisabeth da Bohemia será proposto (Plano de Ensino apresentado em Outros Documentos “5”).

O segundo ano do trabalho consistira em um estágio no exterior em dois centros de pesquisa a serem definidos.

Os últimos seis meses de financiamento consistiriam de atividade editorial e de trabalho de redação do manuscrito a ser submetido a editora especializada. Neste período, ao menos um minicurso ou uma disciplina sobre a teoria da ação em Émilie Du Châtelet será proposta (Plano de Ensino provisório em Outros Documentos “5”).

5. Disseminação e avaliação: como os resultados deverão ser avaliados e como serão disseminados?

A disseminação desta pesquisa requer, como tem ocorrido nos últimos anos, uma intensa participação nas redes sociais e na internet. Além disso, há um elemento fundamental que é o caráter inédito desse tipo de investigação na língua portuguesa. A organização de seminários e ao menos de uma Conferência Internacional, voltados ao tratamento da ação e da liberdade por filósofas modernas, pode ser proposta com o apoio dessa agência e dos centros a que este projeto está vinculado, com chamada de trabalhos, comitê científico e uma coletânea de artigos selecionados por revisão entre pares e comitê editorial, em seguida. Os resultados deverão ser avaliados por comitês editoriais de jornais especializados e de editoras, por pares. Embora o trabalho venha a ser publicado integralmente em português, uma tradução para o inglês não está descartada, visto que uma parte dos trabalhos em andamento estão em inglês e serão publicados, na forma de artigos, em jornais internacionais.

6. Apoios:

As instituições que apoiam e a que este projeto está vinculado.

Cartas Recebidas:

Edgar da Rocha Marques – UERJ, Brasil

Lisa Shapiro – Simon Fraser, Canadá

Martin Lenz – Universidade de Groningen, Holanda

Ruth Hagenruber – Universidade de Paderborn, Alemanha

Viridiana Platez – Universidad del Bosque - Colômbia

Silvia Manzo – Universidad Nacional de la Plata/CONICET - Argentina

Teresa Rodriguez – Universidade Nacional do México

7. Bibliografia Preliminar

AT *Ouvres de Descartes*, ed. Charles Adam e Paul Tannery, 12 vols. (Paris:CNRS/Vrin, 1964-76)

CSM *he Philosophical Writings of Descartes*, ed. and trans. John Cottingham, et al., 3 vols. (Cambridge: Cambridge University Press (1984-5). Cited by volume and page numbers.

Bayle, P. *Catalogue*: <http://emlo-portal.bodleian.ox.ac.uk/collections/?catalogue=pierre-bayle>

The Correspondence Between Princess Elisabeth of Bohemia and René Descartes (2007). Ed. e Trad. Lisa Shapiro (Chicago; Chicago University Press,

Galileu Galilei: *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo ptolomaico e copernicano* (2011). Mariconda, P.R. (tradução, introdução e notas). São Paulo, Editora 34

Works of Émilie Du Châtelet: <https://projectvox.org/du-chatelet-1706-1749/>

Institutions de Physique: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k75646k.image>

The Manuscripts of St Petesburg: <https://historyofwomenphilosophers.org/stp/>

Newton, I. (1999). *The Principia: Mathematical Principles of Natural Philosophy*. California, California, University of California Press

Spinoza, B. (1985). *The collected works of Spinoza*. Includes bibliographies and index. 1.

Philosophy—Collected works. I. Curley, E. M. (Edwin M.), 1937- . II. Title. B3958 1984

199'.492 84-11716 ISBN 0-691-07222-1

Literatura Secundária:

Alanen, L. (2021), “*The Soul’s Extension: Elisabeth’s Solution to Descartes’s Mind-Body Problem,*” in S. Ebbersmeyer & S. Hutton (eds.), pp. 145–162.

Alanen, L. (2004) *Descartes and Elisabeth: a Philosophical Dialogue? In: Feminist Reflections on the History of Philosophy*, Kluwer Academic Publishers. L.Alanen & C. Witt (eds), pp. 193-218

Anstey, P. (2020) *Principles in Early Modern Philosophy and Science* (2020). D. Jalobeanu, C.T.Wolfe (eds). *Encyclopedia of Early Modern Philosophy and the Sciences*, doi.org/10.1007/978-3-319-2079-9_12-1

Barth, C. *Descartes on Intentionality, Conscientia, and Phenomenal Consciousness*. *Studia Philosophica*, 75/2016, pp. 17-32

- Brading, K. (2019). *Émilie Du Châtelet and the Foundations of Physical Science*. New York, Routledge
- Broad, J. (2002) *Women Philosophers of the Seventeenth Century* (Cambridge: Cambridge University Press.
- Corneanu, S. (2011). *Regimens of the Mind: Boyle, Locke, and the Early Modern Cultura Animi Tradition*. The University of Chicago Press.
- Detlefsen, K. (2021). *Émilie Du Châtelet on Newtonianism and Hypotheses in the Eighteenth Century*. Schliesser, E. Smeenk, Chris (eds). The Oxford Book of Newton. Online Publication Date: Dec 2021 DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199930418.013.38
- Detlefsen, K (2019). *Du Châtelet and Descartes on the Roles of Hypothesis and Metaphysics in Natural Philosophy*. (2019). O'Neill, M. P. Lascano (eds), *Feminist History of Philosophy: The Recovery and Evaluation of Women's Philosophical Thought*, pp.97-127
- Detlefsen, K. (2014). *Émilie Du Châtelet*. Entry in the Stanford Encyclopedia of Philosophy: <https://plato.stanford.edu/entries/emilie-du-chatelet/>
- Ebbersmeyer, S. (2020). *Bohemia, Elisabeth of*. Verbete na Encyclopedia of Early Modern Philosophy and the Sciences. Ed. D. Jalobeanu, C.T.Wolfe, Springer, 2020
- Fricker. M. (2007). *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. Oxford Scholarship Online: DOI: 10. 1093/acprof;oso/9780198237907.001.001
- Garber, D. (2009). *Leibniz: Body, Substance, Monad*. Oxford University Press,
- Garber, D. (2001). *Understanding Interaction: What Descartes Should Have Told Elisabeth*. In: *Descartes Embodied: Reading Cartesian Philosophy through Cartesian Science* (Cambridge: Cambridge University Press), 168-188.
- Gotmann, F. (2012). *Du Châtelet, Voltaire, and the Transformation of Mandeville's Fable*. History of European Ideas, vol. 38, n. 2, pp. 218-232
- Friedman, M. (2011). *Descartes e Galileu: Copernicanismo e o fundamento metafísico da física*. In: *Descartes*. Janet Bourghton e John Carriero (Eds). Consultoria, Supervisão e Tradução: Lia Levy e Ethel Rocha. Porto Alegre, Penso, pp. 80-94
- Hagengruber, R. (2012). *Émilie Du Châtelet Between Leibniz and Newton: The Transformation of Metaphysics*. International Archives of the History of Ideas, 205, pp. 1-59.
- Hutton, S. (2004) *Émilie Du Châtelet's Institutions de physique as a document in the history of French Newtonianism*. Studies in History of Philosophy of Science. Vol. 35, 2004, pp. 515-531
- Janiak, A. (2010). *Substance and Action in Descartes and Newton*. The Monist, vo. 93, n.4, pp.657-677
- Jorati, J. (2019). *Du Châtelet on Freedom, Self-Motion, and Moral Necessity*, *Journal of the History of Philosophy*, Volume 57, Number 2, April 2019, pp. 255-280

- Lennon, T. (2011). *O Legado de Descartes no Século XVII: problemas e polêmicas*. In: *Descartes*. Janet Bourghton e John Carriero (Eds). Consultoria, Supervisão e Tradução: Lia Levy e Ethel Rocha. Porto Alegre, Penso, pp. 452-465
- Lolordo, A. (2019). *Descarte's Philosophy of Mind and its Early Critics*. In: *Philosophy in the Early Modern and Modern Ages*. The history of Philosophy of Mind, vol. 4. Rebecca Copenhaver (Ed). Routledge, New York, pp. 69-90
- Marques, E.R. (2000). *Sobre os Pressupostos Ontológicos da Liberdade*. Síntese – Revista de Filosofia, v. 27, n. 88, pp. 233-244.
- Nadler, S. (2019). *Reflection and Consciousness: the later Cartesians*, In: *Philosophy in the Early Modern and Modern Ages*. The history of Philosophy of Mind, vol. 4. Rebecca Copenhaver (Ed). Routledge, New York, pp.91-106
- Nadler, S. (2011). *Consciousness among Cartesians*. *Studia Leibnitiana*, Bd. 43, H. 2 (2011), PP. 132-144
- Nadler, S. (2008). *Spinoza and Consciousness*. *Mind*, vol. 117, 467.
- O'Neill, E.. (1987). *Mind-Body Interaction and Metaphysical Consistency: A Defense of Descartes*. In: *Journal of the History of Philosophy*, Volume 25, Number 2, April, pp 227-245.
- Pal, Carol. (2012). *Republic of Women: Rethinking the Republic of Letters in the Seventeenth Century*. New York/Cambridge: Cambridge University Press.
- Peixoto, K. (Forthcoming) – *Context and Self-Related Reflection: Elisabeth of Bohemia's way to address the moral objectiveness*. Lopes, C., Peixoto, K. Pricladnitzky, P. (eds). *Women in the History of Philosophy and Science – Latin American Perspectives*
- Peixoto, K. (2021). *O que Elisabeth da Bohemia perguntou a Descartes? Uma proposta de leitura da carta que inaugura a Correspondência* (2021). *Revista Seiscentos*, vol 1, n. 1, pp. 99-108. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. ISSN: 2764-2801 <https://revistas.ufrj.br/index.php/seiscentos/issue/view/1813/showToc>
- Elisabeth da Bohemia (2020). *Verbete,[Entry] Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia [Elisabeth of Bohemia, - Entry at State University of Campinas – UNICAMP (São Paulo, Brazil), V. 6, N. 10, pp. 1-13, ISSN: 2526-6187, https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/elisabeth-da-bohemia/?fbclid=IwAR3-aE-n5KhxvX_Jk-gLxUOxQ8QPaRL7CSdoH9vXhie9taPxmS5RzW4tuw*
- Peixoto, K. (2018). *Simmern van Pallandt e o problema normativo moderno: há objetividade na moral?* (Capítulo de Livro). Ana Rieger Schmidt, Gisele Dalva Secco [e] Inara Zanuzzi (orgs..), Porto Alegre, UFRGS Editora, ISBN 978-65-5725-033-4, pp,37-54
- Perler, D. (2021). “*Is Our Happiness Up to Us? Elisabeth on the Limits of Internalism,*” in S. Ebbersmeyer & S. Hutton (eds.) 2021, pp. 177–192.

- Reeve, C.D.C. (2009). *Aristóteles: a ética a nicômaco*. Kraut, R. (ed). Consultoria, supervisão técnica desta edição: Alfredo Storck, Porto Alegre, ArtMed, pp.186-203
- Reichenberger, A. (2018). *Émilie Du Châtelet's interpretation of the laws of motion in the light of 18th century mechanics*, *Studies in the History and Philosophy of Science*, doi.org/10.1016/j.shpsa.2018.01.006
- Sellars, J. (2020). *Stoicism*. Entry: D. Jalobeanu, C.T.Wolfe (eds). *Encyclopedia of Early Modern Philosophy and the Sciences*, https://doi.org/10.1007/978-3-319-20791-9_10-1
- Shapiro, L. (2021). *Elisabeth of Bohemia*, Entry. <https://plato.stanford.edu/entries/elisabeth-bohemia/>
- Shapiro, L. (2011). *A Ética de Descartes*. In: *Descartes*. Janet Bourghton e John Carriero (Eds). Consultoria, Supervisão e Tradução: Lia Levy e Ethel Rocha. Porto Alegre, Penso, pp 433-451
- Shapiro, L. (2004). *Some Thoughts on the place of Women in Early Modern Philosophy*. In: *Feminists on the History of Philosophy*, Alanen, L. & Witt, C. (Eds), pp. 219-250
- Shapiro, L. (1999) *Princess Elizabeth and Descartes: The Union of Soul and Body and the Practice of Philosophy*. In: *British Journal for the History of Philosophy* 7: 503-520.
- Smith, K. (2005). *Rationalism and Representation*. In *A Companion to Rationalism*, Alan Nelson (ed). Oxford Blackwell Publishers, pp. 206-223
- Smith, K. (2005) *Descartes's Ontology of Sensation*. *Canadian Journal of Philosophy*, vol. 35, n. 4, pp. 563-584
- Smith, K. (2010) *Matter Matters: Metaphysics and Methodology in the Early Modern Period*. Oxford Press Scholarship online. Oxford University Press, Oxford.
- Schmaltz, T. (2019) *Princess Elisabeth of Bohemia on the Cartesian Mind: Interaction, Happiness, Freedom*. In: *Feminist History of Philosophy: The Recovery and Evaluation of Women's Philosophical Thought*, O'Neill and Marcy Lascano (Eds), pp. 155-173.
- Stalnaker, R. (2008). *Our Knowledge of the Internal World*. NY, Oxford University Press.
- Wade, I.O. (1947) *Studies in Voltaire, With some unpublished papers by Madame Du Châtelet*. Princeton, Princeton University Press.
- Waquet, J. (2017). The Republic of Letters. Moul, V. (ed.). [A Guide to Neo-Latin Literature](https://doi.org/10.1017/9781139248914.005) , pp. 66 – 80 DOI <https://doi.org/10.1017/9781139248914.005> Publisher: Cambridge University Press
- Zauderer, N. (2010) *Descartes's Deontological Turn: Freedom, Will and Virtues in Latter Writings*, Cambridge University Press.
- Zinsser, J.P. (2002) *Entrepreneur of the "Republic of Letters": Emilie de Breteuil, Marquise Du Chatelet, and Bernard Mandeville's Fable of the Bees* *French Historical Studies*, Volume 25, Number 4, Fall 2002, pp. 595-624